



Centro Social e Paroquial de Fontelonga



RELATÓRIO DE CONTAS 2025

Ano económico: 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2025

Nos termos legais e estatutários, a Direção do Centro Social e Paroquial de Fontelonga apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício económico de 2025, no qual se sintetiza a atividade desenvolvida pela instituição e a respetiva situação económica e financeira.

O ano de 2025 ficou marcado por uma gestão pautada pelo rigor, prudência e responsabilidade, tendo sido possível assegurar o normal funcionamento das respostas sociais da instituição, mantendo o compromisso permanente com a qualidade dos serviços prestados aos utentes e às suas famílias.

Ao longo do exercício, a Direção manteve uma política de controlo orçamental rigoroso, procurando otimizar os recursos disponíveis, controlar os custos operacionais e assegurar a sustentabilidade financeira da instituição. Este esforço traduziu-se numa gestão equilibrada, assente na estabilidade das receitas e numa utilização criteriosa dos meios financeiros.

Importa salientar que, apesar dos desafios associados ao contexto económico e social, foi possível manter o regular funcionamento das atividades da instituição, garantindo a continuidade das respostas sociais e a manutenção dos padrões de qualidade e proximidade que caracterizam o trabalho desenvolvido pela Instituição.

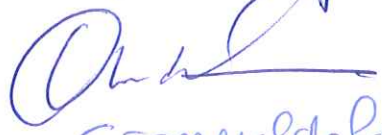
Do ponto de vista económico-financeiro, o exercício de 2025 apresentou um desempenho positivo, refletindo o esforço conjunto da Direção, colaboradores e restantes parceiros institucionais. Como resultado da gestão desenvolvida ao longo do ano, a instituição registou um resultado líquido positivo (lucro contabilístico) de 8.642,61€, evidenciando uma situação de equilíbrio financeiro e estabilidade orçamental.

Este resultado permite reforçar a capacidade da instituição para enfrentar desafios futuros, contribuindo para a consolidação da sua missão social e para a continuidade do apoio prestado à comunidade.

A Direção expressa o seu agradecimento a todos os colaboradores, voluntários, entidades públicas e privadas, bem como aos utentes e respetivas famílias, pelo contributo e confiança demonstrados ao longo do ano.

Carrazeda de Ansiães, aos 19 de março de 2026

A Direção



Esmeralda Pomeiro Teixeira

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

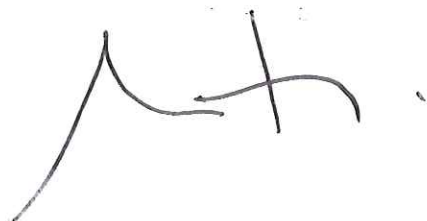
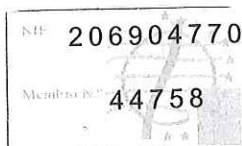
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024 Ano Completo
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		490.433,27	244.923,08
Subsídios à exploração		3.822,55	196.133,59
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(44.249,42)	(62.994,47)
Fornecimentos e serviços externos		(118.526,53)	(136.189,46)
Gastos com o pessoal		(365.600,49)	(332.235,40)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		63.000,00	107.603,42
Outros gastos		(1.197,35)	(1.741,62)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		27.682,03	15.499,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(17.556,40)	(13.528,42)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.125,63	1.970,72
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(1.483,02)	(1.249,39)
Resultado antes de impostos		8.642,61	721,33
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		8.642,61	721,33

A Direção:

De Almeida José Coelho
Emmanuel da Conceição Teixeira dos

O Contabilista Certificado:

BALANÇO INDIVIDUAL

DEZEMBRO 2025

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2025	2024
ATIVO				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis			2.043.622,75	405.034,59
Ativos intangíveis			72.230,52	72.230,52
Investimentos Financeiros				1.065,88
Créditos e outros ativos não correntes				
			2.115.853,27	478.330,99
Ativo corrente:				
Inventários			8.287,28	2.109,60
Clientes			8.409,98	2.728,97
Estado e outros entes públicos				
Capital subscrito e não realizado				
Diferimentos			1.209,05	980,48
Outros ativos correntes			1.089.700,63	1.150.138,87
Caixa e depósitos bancários			162.033,10	124.858,81
			1.269.640,04	1.280.816,73
Total do Ativo			3.385.493,31	1.759.147,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital subscrito			1.434,41	1.434,41
Outros instrumentos de capital próprio				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados			50.013,40	27.787,07
Outras variações no capital próprio			1.673.844,58	1.623.844,58
Resultado líquido do período			8.642,61	721,33
Total do capital próprio			1.733.935,00	1.653.787,39
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões				
Financiamentos obtidos			20.138,89	28.472,24
Outras dívidas a pagar				
			20.138,89	28.472,24
Passivo corrente:				
Fornecedores			18.581,09	54.440,74
Estado e outros entes públicos			6.995,91	6.458,99
Financiamentos obtidos				
Diferimentos				
Outros passivos correntes			1.605.842,42	15.988,36
			1.631.419,42	76.888,09
Total do passivo			1.651.558,31	105.360,33
Total do Capital Próprio e do Passivo			3.385.493,31	1.759.147,72

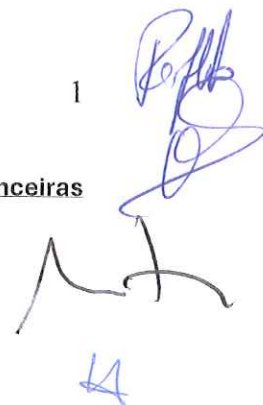
A Direção:

Dr. Humberto José Coelho
Quilic

O Contabilista Certificado:

Esmeralda da Conceição Teixeira





Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2025

1-Introdução

1.1 O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL).

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis á entidade.

- Identificação da entidade

Designação da entidade: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE FONTELONGA

Nº. Contribuinte: 502115270

Fontelonga

5140 – 142 Carrazeda de Ansiães

Natureza: IPSS

Actividade principal: CAE: 87301 Actividade de Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade.

2
[Handwritten signature]
4

No seguimento da mais recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), contabilizamos a partir do exercício de 2025, na conta 723 (Prestações de serviços) as participações mensais recebidas, no âmbito dos acordos de cooperação, pois foi atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento apurado de acordo com a variação de utentes).

2. Principais políticas contabilísticas (NCRF 4)

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e a sua apresentação assentou nos seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

a) Activos fixos tangíveis: (NCRF 7)

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As depreciações são calculadas, quando o activo estiver disponível para uso, pelo método das quotas constantes, de uma forma consistente, período a período, de acordo com as vidas úteis estimadas.

SNC, devem ser imediatamente reconhecidas como gastos do exercício. À data da transição, foram desconhecidas as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, que não satisfaziam os critérios de reconhecimento como activo da NCRF 6 - Activos intangíveis;

1.2)- A Entidade adoptou o valor de custo como critério valorimétrico dos seus activos fixos tangíveis.

1.3)- Os subsídios de investimento, que se encontravam registados como proveitos diferidos, passaram a ser registados a crédito da rubrica de capital próprio - Outras variações no capital próprio.

1.4)- O SNC não contempla a existência de resultados extraordinários.

2. Principais políticas contabilísticas (NCRF 4)

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e a sua apresentação assentou nos seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

a) Activos fixos tangíveis: (NCRF 7)

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As depreciações são calculadas, quando o activo estiver disponível para uso, pelo método das quotas constantes, de uma forma consistente, período a período, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com revisões importantes são incluídos na quantia escriturada do activo sempre que se perspetive que este regime origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

b) Inventários (NCRF 18)

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio, FIFO.

c) Rédito (NCRF 20)

O rédito deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, decorrente da actividade da Entidade, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflecte eventuais descontos concedidos.

d) Instrumentos financeiros (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

-Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

-Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

-Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção.

-Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem e outros depósitos bancários, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

g) Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Regime de acréscimo

A fim de satisfazerem os seus objectivos, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo que os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

4. Fluxos de caixa (NCRF 2)

4.1. Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Os saldos de caixa e bancos estão disponíveis para a actividade corrente da empresa.

5. Activos fixos tangíveis (NCRF 7)

5.1. Divulgações gerais

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos

dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

5.2. - Valorização das várias classes

Exercício atual

	Ed. e outras Terrenos	construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administrat.	Ativo fixo em curso	Total
Ativo Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	15.121,39	801.466,36	138.815,88	94.908,84	42.332,31	281.480,07	1.374.124,85
Aquisições			29.680,00			1.773.760,21	1.803.440,21
Revalorizações							
Alienações						147.295,65	147.295,65
Saldo final em							
31 de Dezembro de 2025 (A)	15.121,39	801.466,36	168.495,88	94.908,84	42.332,31	1.907.944,63	3.030.269,41
Deprec. e perdas p/imp. acum.							
Saldo em 31 de Dezembro de 2025							
Depreciações do exercício		3.693,95	3.979,40	9.883,05			17.556,40
Perdas por imparidade							
Saldo final em							
31 de Dezembro de 2025 (B)							
Valor líquido (A) - (B)	15.121,39	801.466,36	168.495,88	94.908,84	42.332,31	1.907.944,63	3.030.269,41

5.3. Activos fixos tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos

Foi reconhecido nos resultados do período o valor de 13.528,42 euros relativo às depreciações do período.

5.4. Activos fixos tangíveis - Depreciação acumulada no final do período

No final do período, as depreciações acumuladas de activos fixos tangíveis ascenderam a 969.090,26 euros

6. Inventários (NCRF 18)

- Políticas contabilísticas e forma de custeio usada:

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio, FIFO.

6.1. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Quantia escriturada

	2025			2024		
	Mercadorias	MP, subsid. Cons.	Total	Mercadorias	MP, subsid. Cons.	Total
Saldo inicial		2.109,60	2.109,60			
Compras		50.759,42	50.759,42		61.920,72	61.920,72
Regularizações						
Saldo final		8.267,28	8.267,28		2.109,60	2.109,60
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas						

7. - Réditos (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.
- O rédito dos trabalhos para a própria empresa foi valorizado ao custo de produção, de acordo com a valorimetria usada na empresa (custo de aquisição/produção inclui matéria prima, mão de obra directa e gastos gerais de fabrico)

Anexo às Demonstrações Financeiras

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

8. – Subsídios e outros apoios (NCRF 22)

8.1. - Os subsídios, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidas e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

8.2 - Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados

8.3. - Os subsídios aos investimentos não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente à depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

Encontram-se reconhecidos nas demonstrações financeiras na rubrica de subsídios, doações e legados á exploração, o montante de 256.330,85 euros, a seguir discriminados:

75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS EXPLOR		0,00 D		3.822,55	3.822,55 C
751	Subsídios do Estado e outros entes		0,00 D		3.822,55	3.822,55 C
7514	IEFP		0,00 D		3.822,55	3.822,55 C

9. Acontecimentos após a data do balanço (NCRF 24)

a)- As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela direcção.

b)- Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

10. Benefícios dos empregados

O número médio de empregados no exercício de 2025 foi de 21 empregados

Carrazeda de Ansiães, aos 19 de março de 2026

A Direcção:

Dr. Humberto José Coelho
Dr. de S.
Ass. me. de Pamela Teixeira

O CC:

[Assinatura]

NÚ 206904770
Membro CC 44758